

PD.BC.001.2010

Arguido: atleta [REDACTED]

ACÓRDÃO

Acordam os membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem:

1. Relatório

No dia 11 de Fevereiro de 2010, o Sr. Presidente do Conselho de Disciplina (CD) da Federação Portuguesa de Canoagem (FPC), à data em exercício, decidiu instaurar processo disciplinar a [REDACTED], atleta do [REDACTED], com fundamento no alegado incumprimento por parte do atleta das convocatórias feitas para participação nos estágios da Seleção Nacional de Velocidade, categoria Sénior, realizados de 16 a 29 de Novembro de 2009 e de 7 a 19 de Dezembro de 2009, no Centro Nacional de Canoagem, em Montemor-o-Velho, com consequente falta a esses mesmos estágios (fls. 2).

Na mesma data, como instrutor, foi nomeado o Sr. Dr. Bruno Leite Carvalho (fls. 2).

No mesmo dia 11 de Fevereiro de 2010, o processo foi autuado pelo Sr. Instrutor contendo documentação vária atinente às convocatórias feitas ao atleta e às justificações apresentadas para não comparência a estágio, designadamente, convocatórias remetidas pelo Departamento Técnico da FPC ao Clube do atleta, emails e carta remetidos pelo [REDACTED] à FPC e outra correspondência (fls. 2 a 9).

No dia 22 de Junho de 2010, o Sr. Instrutor procedeu à notificação da instauração do processo ao atleta e convocou-o para ser inquirido (fls. 10 a 12).

No dia 28 de Junho de 2010, o Sr. Instrutor inquiriu o arguido, tendo este exercido o direito ao silêncio (fls. 13 e 14).

No dia 30 de Junho de 2010, o Sr. Instrutor deduziu nota de culpa contra o arguido, imputando-lhe a prática das seguintes infracções disciplinares:

- incumprimento reiterado de ordens ou instruções emanadas dos órgãos competentes da Federação Portuguesa de Canoagem;
- falta aos trabalhos, treinos, estágios e concentração da Seleção Nacional;

- beneficiando de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente, ao abrigo do Regime de Alta Competição, recusou cumprir os deveres inerentes a um atleta que se encontra neste regime.

De acordo com a nota de culpa, tais infracções integram a previsão do ponto 5 do RD e dos números 4 e 5 do ponto 10.1 (Anexo I) do mesmo RD.

Por considerar tratar-se de infracção grave, o arguido foi advertido de que a sanção a aplicar poderia ser de suspensão da prática da canoagem pelo prazo de 1 a 3 meses ou 2 a 5 provas (fls. 15 a 19).

Regularmente notificado, o arguido não apresentou defesa.

No dia 12 de Julho de 2011, decorrido mais de 1 ano depois da dedução de acusação, o Sr. Presidente do CD da FPC, à data em exercício, proferiu o seguinte despacho:

“O instrutor nomeado nos autos – Sr. Dr. Bruno Carvalho – informou o Conselho de Disciplina que, por motivos profissionais, encontra-se indisponível para continuar a instrução do presente processo.


Neste contexto, determino a sua substituição pelo Sr. Dr. Sérgio Agostinho Ferreira, Advogado, com domicílio profissional em Vila Nova de Famalicão, o qual passa a exercer as funções de instrutor dos presentes autos disciplinares” (fls. 20).

No dia 24 de Julho de 2012, decorrido mais um ano sobre o último acto processual, o Instrutor enviou proposta de decisão ao Sr. Presidente do CD, à data em exercício, considerando provada a prática de uma infracção disciplinar muito grave p. e p. pelas disposições conjugadas do ponto 3.4, alínea a), do RD e nos números 4 e 5 do ponto 10.1 do Anexo I, do mesmo RD, propondo, a final, a aplicação ao arguido de sanção 1 (um) mês de suspensão de toda a actividade desportiva, com execução suspensa a vigorar até final da época em curso, nos termos do ponto 9.3, números 1 e 2, do RD (fls. 21 a 28).

O presente processo foi depositado nas instalações da FPC a 1 de Março de 2013.

Posto isto, cumpre decidir.

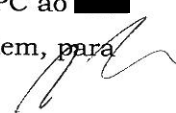
2. Matéria de facto provada

1. [REDACTED] aqui arguido, era, à data, e é, atleta do [REDACTED]. 

2. O arguido era, à data dos factos, considerado atleta de Alto Rendimento, usufruindo de apoios concedidos pela Federação Portuguesa de Canoagem para a sua preparação e evolução enquanto atleta.
3. O arguido é também atleta da Selecção Nacional, integrando, regularmente, os trabalhos da Selecção Nacional.
4. O atleta tem, ao longo dos últimos anos, conseguido bons resultados quer em provas nacionais, quer em provas internacionais.
5. O arguido esteve integrado no “Projecto Olímpico Londres 2012”.
6. O arguido faltou aos estágios da Selecção Nacional de Velocidade – Sênior – que se realizaram entre os dias 16 e 29 de Novembro de 2009 e os dias 7 e 19 de Dezembro de 2009, no Centro Nacional de Canoagem, em Montemor-o-Velho.
7. O arguido foi convocado pela Federação Portuguesa de Canoagem para os dois estágios mencionados no ponto 6. por cartas dirigidas ao [REDACTED] a 5 e a 30 de Novembro de 2009.
8. Em resposta às convocatórias da Federação Portuguesa de Canoagem, o [REDACTED] comunicou à Federação, via email, a 13 de Novembro de 2009 e 4 de Dezembro de 2009, que, “por motivos profissionais e familiares”, o arguido não poderia estar presente naqueles dois estágios.
9. O arguido não apresentou qualquer outro facto, nem qualquer prova para justificar a não comparência aos referidos estágios.
10. No dia 7 de Dezembro de 2009, a Federação Portuguesa de Canoagem comunicou ao [REDACTED] que, por não ter sido apresentado qualquer elemento de prova a justificar a falta do arguido aos estágios, considerava tais faltas injustificadas.
11. O atleta agiu de forma livre, consciente e voluntária, bem sabendo que tem a obrigação de comparecer aos estágios da Selecção Nacional para os quais é convocado.

3. Fundamentação de facto

Para prova dos factos atrás enunciados, apoiámo-nos, exclusivamente, nos documentos juntos aos autos de fls. 2 a 9, a saber, convocatórias da FPC dirigidas ao clube e ao atleta, emails remetidos pelo [REDACTED] à FPC e fax dirigido pela FPC ao [REDACTED] documentos estes que, analisados de forma global e conjugada, permitem, para além de qualquer dúvida razoável, dar como provada a factualidade supra.



Para além desta, não foi produzida qualquer outra prova, designadamente, testemunhal, não puderam ser tidas em consideração quaisquer declarações do atleta arguido uma vez que este optou por exercer o seu direito ao silêncio (fls. 13 e 14).

4. Fundamentação de direito

O atleta foi acusado da prática das seguintes infracções:

- infracção grave de “incumprimento reiterado de ordens ou instruções emanadas dos órgãos competentes da Federação Portuguesa de Canoagem” prevista no ponto 3.4, alínea a), do Regulamento Disciplinar da FPC (RD);

- infracção leve de “falta aos trabalhos, treinos, estágios e concentração da Selecção Nacional depois de aceite a convocatória” prevista no ponto 10.1, número 4, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD;

- infracção leve de “recusa sem justificação em aceitar convocação para a selecção, beneficiando de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente ao abrigo do Regime de Alta Competição” prevista no ponto 10.1, número 5, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD.

Vejamos.

Estipula o ponto 5.8 do RD que:

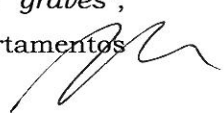
- “[a]s infracções disciplinares prescrevem ao fim de três anos, dois anos ou seis meses, consoante se trate de infracções muito graves, graves ou leves, começando a contar o respectivo prazo a partir da data em que a infracção foi cometida” (n.º 1); e que

- “[a] prescrição interrompe-se no momento em que é registada a instauração do procedimento disciplinar, voltando a correr o prazo se o processo permanecer parado mais de três meses por causa não imputável ao infractor” (n.º 2).

O prazo de prescrição depende sempre, portanto, do tipo de infracção em causa:

- se for leve, o prazo é de 6 meses;
- se for grave, de 2 anos; e
- se for muito grave, de 3 anos;

E esclarece o ponto 3.2. do RD que “[a]s infracções em matéria disciplinar previstas neste Regulamento classificam-se em leves, graves e muito graves”, tipificando os pontos 3.2, 3.3 e 3.4. do mesmo RD quais os comportamentos susceptíveis de integrar cada uma das categorias.



Assim sendo, para aferir da eventual prescrição, necessário é, antes de mais, subsumir os factos considerados provados aos ilícitos disciplinares de modo a saber se o arguido praticou alguma infracção e, se sim, qual a respectiva gravidade, pois dessa qualificação depende, depois, o juízo de exigibilidade ou não da responsabilidade disciplinar.

Como se viu, resulta provado que o arguido incumpriu duas convocatórias que lhe foram dirigidas pelo Departamento Técnico da Federação Portuguesa de Canoagem para participação em dois estágios da Selecção Nacional, realizados de 16 a 29 de Novembro de 2009 e 7 a 19 de Dezembro de 2009, faltando assim aos trabalhos, treinos, estágios e concentração da Selecção Nacional.

Mais se apurou que o arguido tomou conhecimento efectivo e atempado das convocatórias.

Em resposta a tais convocações, alegou, contudo, o arguido que, “por motivos profissionais e familiares”, não iria comparecer aos estágios.

O atleta não aceitou, portanto, em momento algum, a convocatória. Pelo contrário, recusou-a.

Ora, se o atleta recusou a convocatória, não pode obviamente ser acusado de “ter aceite a convocatória” e depois “ter faltado aos trabalhos”, pelo que não podem ser os factos qualificados à luz do ponto 10.1, número 4, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD. Para que a conduta do arguido pudesse ser qualificada como infracção disciplinar de natureza leve “falta aos trabalhos, treinos, estágios e concentração da Selecção Nacional *depois de aceite a convocatória*”, o arguido teria de ter aceite, o que não sucedeu.

Improcede, pois, a acusação, nesta parte, por não estar preenchido um dos elementos do tipo.

E será que podemos considerar que cometeu a infracção de natureza grave “incumprimento reiterado de ordens ou instruções emanadas dos órgãos competentes da Federação Portuguesa de Canoagem” prevista no ponto 3.4, alínea a), do Regulamento Disciplinar da FPC (RD)?

Julgamos que não.

De facto, o atleta, ao incumprir as duas convocatórias, desrespeitou ordem/instrução do Departamento Técnico da FPC – entidade esta que desenvolve funções que lhe são delegadas pelo órgão executivo Direcção. No entanto, pese embora se reconheça o preenchimento desta factualidade típica, entendemos que a falta a dois estágios não poderá assumir o sentido de comportamento reiterado, uma vez que o carácter reiterado de determinada prática pressupõe a sua *repetição sucessiva e prolongada no tempo*.

E a verdade é que, debruçando-nos sobre os factos constantes da acusação e sobre a prova produzida, não há nos autos elementos que permitam concluir que o incumprimento das convocatórias tenha ocorrido por mais que duas vezes. Nesta medida, ainda que existindo repetição, por uma vez, de um mesmo comportamento, não há, a nosso ver, circunstâncias que permitam concluir pela existência da tal repetição sucessiva e ou prolongada no tempo, o que, porventura, poderia suceder se, sendo o comportamento uniforme, assumisse uma certa continuidade; continuidade essa que não pode ser aferida apenas com base em dois episódios, como é o caso.

Pelo sobredito, é apenas a eventual prática de infracção leve de “recusa sem justificação em aceitar convocação para a selecção, beneficiando de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente ao abrigo do Regime de Alta Competição” prevista no ponto 10.1, número 5, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD, que poderá estar em causa.

Pois bem.

Como vimos, pese embora o atleta tenha informado a FPC que não iria comparecer aos estágios, invocando motivos de ordem profissional e familiar, não concretizou factualmente tais motivos, nem tão-pouco fez prova do impedimento.

E assim, na falta de concretização factual dos impedimentos e na ausência de qualquer prova da impossibilidade de comparência, terão tais faltas de considerar-se injustificadas, como resulta também da comunicação dirigida pela FPC ao atleta a 7 de Dezembro de 2009 (fls. 8).

Estão, por isso, preenchidos os factos típicos que integram a infracção de “recusa sem justificação em aceitar convocação para a selecção, beneficiando de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente ao abrigo do Regime de Alta Competição” prevista no ponto 10.1, número 5, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD, podendo porventura considerar-se praticadas duas infracções, tendo em conta a existência de dois comportamentos típicos.

Sucedem, porém, que, nos termos do ponto 3.3. do RD, n.º 1, “[s]ão consideradas como infracções leves as que não forem classificadas como infracções graves ou muito graves”, acrescentando o n.º 2 que “[c]lassificam-se como infracções leves, entre outras, as decorrentes da não observância do Código de Conduta (Anexo I)”.

Ora, não existindo qualquer norma regulamentar a classificar a infracção “recusa sem justificação em aceitar convocação para a selecção, beneficiando de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente ao abrigo do Regime de Alta Competição”, prevista no ponto 10.1, número 5, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD, como grave ou muito grave, terá a mesma de ser considerada leve, atento o disposto pelo ponto 3.3. do RD.

E, se assim é, teremos necessariamente de considerar tais infracções de natureza leve, efectivamente, prescritas.

Vejamos.

Os factos foram praticados a 13/11/2009 e a 04/12/2009 – data das recusas das convocatórias.

O processo foi instaurado pelo anterior CD da FPC no dia 11/02/2010 e, na mesma data, nomeado como Instrutor o Sr. Dr. Bruno Leite Carvalho, que autuou os autos no referido dia 11, inquiriu o atleta a 28/06/2012 e deduziu a nota de culpa a 30/06/2010.

Sucede, porém, que, não obstante o Instrutor ter deduzido a nota de culpa a 30/06/2010, desde então até 12/07/2011, não foi realizada qualquer diligência processual.

Neste quadro, facilmente se verifica que, apesar de instaurado a 11/02/2010 e deduzida acusação a 30/06/2011, o presente processo esteve totalmente parado, pelo menos, até ao dia 12/07/2011, data em que o Sr. Presidente do CD cessante da FPC procedeu à substituição do Instrutor.

O processo esteve, pois, totalmente parado entre o dia 30/06/2010 e o dia 12/07/2011, portanto, durante mais de 1 ano e 12 dias, sem que o Instrutor inicialmente nomeado tivesse efectuado qualquer diligência instrutória, tão pouco procedido à notificação da instauração do processo.

Ora:

Dispõe o n.º 1 do ponto 5.8 do RD que as infracções disciplinares de natureza leve prescrevem ao fim seis meses, começando a contar o respectivo prazo a partir da data em que a infracção foi cometida. Acrescentando o n.º 2 que a prescrição se interrompe no momento em que é registada a instauração do procedimento disciplinar, voltando a correr o prazo se o processo permanecer parado mais de três meses por causa não imputável ao infractor¹.

Considerando que as infracções foram praticadas a 13/11/2009 e a 05/12/2009 e o processo foi instaurado a 11/02/2010, o prazo de prescrição interrompeu-se (*rectius*, suspendeu-se) a 11/02/2010.

Porém, entre 30/06/2010 e 12/07/2011 nada foi feito, seja pelo Sr. Instrutor Bruno Carvalho, seja pelo anterior CD. E, assim, o prazo de prescrição interrompido

¹ Nos termos do n.º 2 do ponto 5.8. do RD diz-se que a prescrição se “interrompe” “voltando a correr o prazo”... Estamos, pois, perante manifesta confusão de conceitos, pois que, ao passo que a interrupção inutiliza todo o tempo já decorrido, a suspensão apenas determina que o prazo não comece ou não corra. Porém, caso cesse o facto que determinou a suspensão, o prazo volta a correr, não ficando inutilizado o tempo já decorrido (v. arts. 318º e ss do Código Civil). Estamos, portanto, em crer que o “legislador” desportivo quando escreveu “interrompe-se” quis dizer “suspende-se”, “voltando a correr o prazo...”.

(*rectius*, suspenso) reiniciou a sua contagem a 01/10/2010. Pelo que, sendo o prazo de prescrição deste tipo de infracções de 6 meses, já estavam as infracções prescritas quando o CD cessante nomeou o novo Instrutor, a 12 de Julho de 2011. Estando tais infracções prescritas, portanto, quando o actual Conselho de Disciplina entrou em funções, a 6 de Novembro de 2012.

*

6. Decisão

Nos termos e com os fundamentos expostos, acordam os Membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem em declarar extinto o procedimento disciplinar, por prescrição da infracção, e, consequentemente, determina-se o arquivamento dos autos.

*

Notifique.

*

Publique-se a deliberação no *site* na internet da Federação Portuguesa de Canoagem, em cumprimento do disposto pelo artigo 8º, n.º 1, al. b), do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro, eliminando-se da publicação todos os dados pessoais relativos ao atleta, designadamente, o nome, número de licença federativa, morada, clube que representa.

*

Sem custas, nos termos do ponto 9.8. do Regulamento Disciplinar.

*

Vila Nova de Gaia, 9 de Julho de 2013

